

# Implicações Territoriais do Processo de Modernização no Município de Quissamã (RJ)

João Rua\*

## RESUMO

O objetivo central deste trabalho é analisar as repercussões territoriais do processo de modernização que o município vem sofrendo há mais de um século sem perder as características de modernização conservadora, mas já apresentando alguns sinais de uma mudança em que novos atores se superpõem aos antigos, disputando com eles o poder político e as opções sociais que emanam dessa situação. Quando, em 1877, o Engenho Central de Quissamã, foi inaugurado, pôde-se observar a chegada do capital industrial que transformou o capital comercial ao transformar os diversos donos de engenhos em fornecedores de cana para o Engenho Central, criando-se uma dependência técnica e creditícia dos primeiros ao segundo, o que favorece um longo período de decadência econômica. Em 1975, com o PROALCOOL, inicia-se um processo de inovação tecnológica

O Norte Fluminense sobressai no Estado do Rio de Janeiro como espaço-problema. A região canavieira, apesar de ter uma economia não propriamente decadente, comporta problemáticas que vão desde a estagnação dos índices de produtividade até e, sobretudo, à precariedade das condições de vida e o alto índice de desemprego sazonal, com o agravamento das contradições sociais.

O município de Quissamã não foge à regra geral da região. Situado na Baixada Campista,

traduzida, basicamente, em melhoria de espécies, mecanização de algumas fases da produção e, principalmente, modernização industrial, com a introdução das destilarias de álcool. A descoberta de petróleo na bacia de Campos e a possibilidade de contar com os "royalties" fornecidos pela Petrobrás alavancaram, no final dos anos 80, a perspectiva de crescimento econômico sem a dependência exclusiva do Engenho. Os setores urbanos, aliados a alguns produtores rurais, definiram uma estratégia conjunta que levou à emancipação do município e à sua inserção, mais efetiva, nos fluxos capitalistas, formando um novo sistema de relações sócio-espaciais.

## PALAVRAS-CHAVE:

Modernização, PROALCOOL, Royalties, Cana-de-Açúcar, Desterritorialização.

num ambiente costeiro, fortemente marcado pelos processos geológicos e geomorfológicos ligados à evolução do litoral e da foz do rio Paraíba do Sul, que criaram condições especiais para o desenvolvimento da atividade agrícola, o município, vem, desde o final do século XVIII, sendo marcado pela monocultura canavieira e pelos desdobramentos sociais e econômicos decorrentes do predomínio dessa atividade.

Em toda a região Norte-Fluminense, com destaque para Quissamã, vem ocorrendo, nas úl-

timas décadas, um processo de proletarização, desenraizamento e periferação urbana da população rural. Tal população, bastante pauperizada, é urbana (em grande parte) enquanto moradora-consumidora e é, indiferentemente, rural/agrícola ou urbana enquanto trabalhadora. Tal problemática coloca em questão a tradicional diferenciação rural/urbana, como será visto adiante, além de provocar linhas novas na discussão da política agrária, numa realidade tão marcada pela urbanização, como a do interior fluminense.

Por outro lado, os “royalties” oriundos do petróleo e do gás natural que, segundo o prefeito de Quissamã, em entrevista realizada em setembro de 1997, representavam 50% da arrecadação do município, têm permitido uma gradativa libertação com relação à produção sucro-alcooleira e, principalmente, diante da onipresente Usina (Engenho Central), tradicionalmente o maior empregador de mão-de-obra e o maior pagador de ICMS do município (superada, apenas, em arrecadação, nos anos mais recentes, pelos “royalties” da Petrobrás).

A descoberta de petróleo na bacia de Campos e a possibilidade de contar com os “royalties” fornecidos pela Petrobrás, alavancaram, no final dos anos 80, a perspectiva de crescimento econômico sem a dependência exclusiva do Engenho. Setores sociais urbanos, aliados a alguns produtores rurais, definiram uma estratégia conjunta que levou à emancipação do município e à inserção, mais efetiva, nos fluxos capitalistas.

O nosso ponto de vista é de que o petróleo e os recursos que ele representa não podem ser contabilizados apenas dentro da racionalidade econômica medida em cifras. Para nós, a atuação da Petrobrás no município (a partir do final dos anos oitenta), é um marco econômico, mas também político e cultural, na medida em que representa um momento de ruptura entre uma estrutura social tradicional e sua contra-face: o processo de modernização que vem caracterizando Quissamã nos últimos anos.

A partir de 1978, quando a Petrobrás implantou o porto de ligação com as plataformas de petróleo, inaugurou-se, para o Norte-Fluminense, uma nova possibilidade de sobrevivência com base, direta ou indireta, nos recursos oriundos da exploração petrolífera.

Esses impactos foram mais sentidos na cidade e no município de Macaé quando, em 1982, passa a ser sede da Região de Produção do Sudeste, localizando-se, na cidade, importantes setores da empresa e a base de apoio às atividades de exploração no mar (RAMIRES, 1991, p. 125). Entretanto, toda a região norte e litorânea do estado vem sendo afetada pelos efeitos da exploração petrolífera, traduzidos, inicialmente, numa “febre emancipacionista” alicerçada pela possibilidade de obtenção dos “royalties” pagos pela PETROBRÁS.

## **1. MODERNIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL EM QUISSAMÃ.**

O processo de modernização (em seus diferentes momentos) no município de Quissamã tem se apresentado como parcial e pode ser situado tanto no nível das relações de trabalho quanto no nível técnico da produção (com algumas restrições, como veremos). Entretanto em muitos setores produtivos e, sobretudo, nas relações sociais e nas formas de inserção nos circuitos modernos de informação, percebe-se um movimento acelerado de superação das formas tradicionais de organização do espaço e das práticas espaciais que delas têm resultado, nos diferentes momentos da construção daquele espaço.

É necessário deixar claro que entendemos moderno e tradicional, velho e novo, urbano e rural como pares dialéticos intercambiáveis, não-excludentes e que vêm interagindo há muito tempo, na medida em que não são exclusivos do momento atual. Com base nesta constatação é que recorreremos a SANTOS (1985) como uma diretriz para este trabalho. Lembra-nos o autor que as formas geográficas são formas-conteúdo; que, assim,

*estão sendo permanentemente alteradas e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma (...) o movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica. Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. (SANTOS, 1985, p. 2)*

Como a localização vai variar de significação em cada momento histórico, já que é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar, é necessário fazer-se uma periodização, muito difícil em escalas reduzidas, por ser mais complexa e de complexidade crescente quanto à interação dos elementos do espaço.

Se se recorre a este balizamento é por que, no caso de Quissamã, objeto deste estudo, tal complexidade aparece muito clara nos "altos e baixos" de sua maior ou menor inserção nos sistemas espaciais mais amplos, variando seu papel em cada momento histórico em que o atual município foi sendo atingido por um certo número de inovações que desmantelaram as organizações espaciais anteriores. A periodização tão necessária será apenas parcial por conta dos limites deste artigo.

Os procedimentos metodológicos utilizados aproximam-se bastante da chamada pesquisa-ação, em que a comunidade envolvida participa, avaliando permanentemente o trabalho e alimentando-o com novas sugestões e críticas. É claro que esta forma de trabalhar coloca algumas dificuldades metodológicas, para as quais estamos bem atentos. Como superar o problema do distanciamento (necessário) em relação a um objeto de estudo, tão familiar e (aparentemente) tão

conhecido? Como trabalhar com informações tão marcadamente qualitativas, já que os dados quantitativos são muito parciais e recentes, dificultando a montagem de séries históricas? Apesar destas e outras dificuldades, aceitou-se o desafio. Elaborou-se um exaustivo levantamento bibliográfico de informações sobre o contexto sócio-ambiental da área; confeccionaram-se mapas temáticos; fez-se um levantamento das condições sócio-econômicas da população do município; realizaram-se numerosos trabalhos de campo com a intenção de qualificar os dados estatísticos utilizados. Aqui, se apresentam apenas algumas conclusões, que não se pretendem definitivas, originárias daquele levantamento.

As limitações, já aludidas, impedem maiores detalhamentos (o material organizado é muito rico). Apenas se deseja dar visibilidade a um trabalho que vem apresentando bons resultados tanto para a comunidade quissamaense (que o acompanha a cada passo), como para o grupo de pesquisa que tem vivenciado importantes experiências acadêmicas no desenrolar deste estudo.

O objetivo final é analisar as repercussões territoriais dos conflitos sociais e econômicos resultantes de um movimento que se apresenta, de um lado, com características de modernização conservadora e, de outro, como mudança mais radical em que novos atores se superpõem aos antigos disputando com eles o poder político e as opções sociais que emanam dessa situação.

A questão básica que atravessa todo o trabalho pode ser sintetizada no seguinte: que implicações territoriais têm advindo das diferentes fases de modernização pelas quais o atual município de Quissamã vem passando? Além desta questão central, destacamos algumas questões secundárias como, por exemplo: quais as características da modernização da agroindústria canavieira e suas repercussões nas relações campo-cidade, no município em estudo; como, especificamente, tais características têm afetado a população trabalhadora em suas estratégias de sobrevivência (rurais, agrícolas ou urbanas), em

suas expectativas de vida e em suas reivindicações; que alternativas podem ser buscadas para uma maior racionalidade no uso daquelas áreas que até hoje apresentam escassa ocupação. São questões que fazem parte do amplo trabalho de pesquisa que vem sendo desenvolvido (evidentemente, há outras, referentes aos demais aspectos abordados) e que, neste artigo, têm suas respostas apenas enunciadas.

É preciso, em primeiro lugar, clarificar a concepção de modernização que serve de base para esta análise. *The Dictionary of Human Geography* (JOHNSTON et al., 1995, p. 392), define modernização como um processo de mudança social resultante da difusão e da adoção de características de sociedades mais avançadas por sociedades aparentemente menos avançadas. Modernização envolveria, segundo a obra citada, mobilização social, o crescimento de um aparato de controle político e social mais efetivo e centralizado, a aceitação de normas cientificamente racionais e a transformação das relações sociais e das formas estéticas. FEATHERSTONE (1995, p. 23), mostra-nos que “modernização é um termo usado habitualmente na sociologia do desenvolvimento para indicar os efeitos do desenvolvimento econômico sobre estruturas sociais e valores tradicionais”. Relaciona, assim, o processo de modernização ao desenvolvimento social e à transformação dos elementos infraestruturais. HAESBAERT (1995, p. 46 e 1997, p. 109), em estudo bastante detalhado, afirma que

*podemos identificar pelo menos dois sentidos com que pode ser lida a modernização, um envolvido no caráter conservador e/ou autoritário do capitalismo, outro de natureza progressista ou mesmo revolucionária, na medida em que as mudanças sociais desencadeadas pela modernização poderiam levar a uma sociedade mais democrática e igualitária.*

Esta visão do processo de modernização é qualificada por diversos outros autores. A chamada *modernização conservadora*, no dizer de BECKER e EGLER (1993, p. 138), traduz-se pela alta rotatividade no emprego e alta mobilidade espacial, principalmente no que se refere aos trabalhadores rurais, trazendo como consequência um intenso deslocamento de mão-de-obra e exploração dos camponeses, associados à concentração da terra. A chamada *modernização progressista*, no dizer de CHAUI (1992, p. 30), seria um processo em que se organizaria de modo funcional e eficaz o capital, para que, através de seu crescimento e da distribuição dos seus resultados, ocorresse a emancipação do ser humano. Seria uma modernização democrática que incluiria a população como consumidora, enquanto a modernização conservadora seria excludente e segregadora. Se essas duas concepções de modernização se contrapõem, é com o intuito de chamar a atenção para as diversas manifestações desse processo, não esquecendo que a idéia de *modernização progressista* deve ser entendida dentro de um movimento revolucionário de busca da autonomia, como deseja CASTORIADIS (1990, p. 113), quando afirma que não podem existir indivíduos autônomos a não ser em uma sociedade autônoma.

Outra análise do processo de modernização que muito nos interessa, é a que desenvolve LASH (1997, p. 135) em seu diálogo com Ulrich Beck e Anthony Giddens, a respeito da “modernização reflexiva”. Para ele não está mais em questão a justaposição direta e dicotômica da tradição e da modernização (modernidade), tão cara a muitos autores ligados à teoria sociológica clássica. Afirma que, *em vez disso, está em questão uma concepção de três estágios da mudança social - da tradição para a (simples) modernidade à modernidade reflexiva*. Nessa visão, as sociedades modernas simples não são plenamente modernas. A individualização (característica da modernidade) quebrou as antigas estruturas tradicionais mas (o processo de individualização) é

parcial e um novo conjunto de estruturas assumiu o lugar das estruturas tradicionais. Seria a passagem do “eu” para o “nós”, como sinônimo de conjunto de indivíduos abstratos e atomizados. Para o autor, a modernização plena só acontece quando uma maior individualização também liberta a ação até dessas estruturas sociais (simplesmente) modernas. Os três autores, no diálogo que travam, apontam a modernização, ou modernidade, (palavras usadas indistintamente, pelos três) reflexiva como um momento de libertação dos indivíduos das estruturas coletivas e abstratas, características da modernização simples (classe, nação, família nuclear e crença incondicional na validade da ciência). Lash aponta para tipos diferentes de reflexividade.

Se essa discussão se transfere para Quissamã, é porque se admite que esse projeto libertador (tenha o sentido de autônomo, de progressista ou reflexivo) está, como preocupação, através da educação, em alguns setores políticos do município. Percebe-se que há um processo de modernização em curso, mas num estágio “simples” (LASH, 1997, p. 141), onde a coletividade já é fundamentada na atomização e na individualização. Portanto, é apenas como uma maneira de contrapor dois projetos de sociedade que, neste artigo, se emprega esta distinção. A *modernização progressista, autônoma, reflexiva* serve apenas como contraponto à *modernização conservadora*, esta, plenamente dominante na sociedade brasileira e, portanto, também em Quissamã, onde se enquadraria na concepção de modernização “simples”, utilizada por Lash..

## 2. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO/RUPTURA EM QUISSAMÃ.

Apesar das distintas análises apontadas, a modernização tem sido percebida pela maioria dos estudiosos como um processo ligado ao predomínio da técnica e da máquina, ao prestígio da idéia de função e da idéia de plano, além das dimensões política, social e simbólica, que fo-

ram sendo gradativamente incorporadas à discussão. A cidade é o lugar privilegiado onde tudo acontece, onde tudo ganha sentido, onde tudo se transforma; a cidade, o processo de urbanização, a fábrica, o processo de industrialização, o transporte e a comunicação de massa passam a ser os paradigmas do moderno, do inovador, do progresso (CHAUI, 1992, p. 30). Assim é que o rural (seguindo uma tradição da Sociologia funcionalista, principalmente norte-americana, mas incorporada à Geografia) torna-se sinônimo de atraso, de tradicional e, pouco a pouco, percebe-se como “derrotado” na medida em que a ele são impostas as novas diretrizes da racionalidade industrial. Ao concentrar poder político, capital, cultura dominante, moda etc a cidade impõe um modo de viver, pensar, produzir e agir urbano que, cada vez mais, subordina o campo. A imposição dessa “racionalidade” não se faz sem conflitos e contradições.

Nesse processo de difusão da modernização, até as pequenas cidades participam dessa dispersão (SANTOS, 1985, p. 30) e ocorre sempre um aumento da especialização de funções que é responsável por uma nova hierarquia funcional.

Cada vez mais é difícil distinguir rural e urbano, pois, hoje, as regiões rurais e agrícolas contêm cidades e/ou urbanizam-se acelerando os diversos processos de modernização.

Mas o que se considera urbano no Brasil? Que diferenciação vai se notar entre cidade e campo, entre espaços urbanos e rurais? No Brasil todas as sedes de municípios são consideradas cidades, independentemente do número de habitantes e dos serviços oferecidos. As áreas de população urbana têm incluído, ainda, as sedes de distritos e os aglomerados urbanos isolados. Para o recenseamento geral de 1991 o IBGE, ciente da fragilidade destas distinções, elaborou uma classificação que em muito auxiliou na definição do corte rural/urbano, embora não tenha sanado completamente as dúvidas.

Quem define o perímetro urbano são as prefeituras, baseadas em legislação específica. Mui-

tas vezes esta definição não combina com os intervalos censitários; em muitos casos áreas nitidamente rurais são transformadas em urbanas; outras vezes há processos de verdadeiro transbordamento da urbanização para áreas rurais, sem que o IBGE seja comunicado e/ou sem que se oficialize a situação. Entretanto, a cobrança do IPTU sempre se processa e acelera a voracidade das prefeituras em ampliar os espaços "urbanos". SILVA (1997, p. 72), chama bem a atenção para estas dificuldades de se trabalhar estatisticamente com o recorte urbano/rural. Lembra o autor, ainda, que o IBGE introduziu, para o censo acima referido, novas categorias que aqui vão nos interessar diretamente como, por exemplo, áreas especiais (se referindo a reservas e parques ambientais) e aglomerados de extensão urbana (desenvolvidos a partir da extensão de uma cidade ou de uma vila).

Cada vez mais multiplicam-se as análises que demonstram a impossibilidade de conferir valor intrínseco ao rural e ao urbano e, principalmente, desenvolve-se um intenso e vigoroso questionamento da validade deste corte. A expansão da urbanização para áreas rurais e as alterações no processo de industrialização, não mais restrito às áreas urbanas, indiferenciam crescentemente o rural do urbano, tornando sem sentido tal distinção (ALENTEJANO, 1997, p. 32). Mais à frente, o mesmo autor nos lembra que

*trata-se de mostrar que apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado.*

Esse "novo" rural que emerge deste complexo processo de interação com o urbano, muito embrionariamente, em sua modernização "simples", no caso de Quissamã, contém elementos que o remetem, graças a sua pluralidade, a outras realidades, já bem melhor estudadas que a

fluminense<sup>1</sup>. Tomar como exemplo o processo europeu pode sugerir um modelo evolucionista que não condiz com a realidade estudada. Neste último caso, o trabalho de GORGEU e POU-LLE (1997) nos mostra que a urbanização rural se manifesta em alguns territórios como um novo modo de organização espacial e social, uma lógica de cogestão participativa, a construção de uma identidade, que se assemelha muito aos princípios e modalidades de funcionamento das cidades. Mesmo se tomarmos como parâmetro o estudo de GIULIANI (1990) sobre o neo-ruralismo fluminense (feito para a região serrana), ainda assim veremos quão específica é uma realidade concreta - o município de Quissamã - onde, embora se encontrem características e situações apresentadas nessas outras realidades, a marca da monocultura canavieira, o peso da relação latifúndio-minifúndio, os modelos produtivos historicamente construídos, marcam de tal forma os elementos componentes do espaço quissamense que, somente com muito cuidado, é que se pode estabelecer algumas comparações.

Esta discussão em torno das definições de urbano e rural é importante como balizamento do estudo realizado (com todas as dificuldades apontadas) pois implica em diferentes projetos de territorialidades (cada qual com distintas propostas políticas) para os atores envolvidos. As políticas agrícolas, incluindo a necessária discussão sobre reforma agrária, têm de levar em consideração o processo de urbanização do campo com a inevitável unificação contraditória rural/urbana e as transformações econômicas, culturais, sociais e políticas advindas desse processo de alteração do significado de "rural".

Serve, também, essa discussão, num sentido bem prático para a legislação tributária, desenvolvida pelas prefeituras com respeito ao IPTU e como base para uma possível descentralização administrativa. No caso específico de Quissamã, há localidades como Santa Catarina e Barra do Furado que bem poderiam ser definidas como vilas (sedes de distritos), tais as suas característi-

cas urbanas. Entretanto, como o IPTU já vem sendo cobrado normalmente, não há interesse significativo em partilhar algum tipo de poder. No caso da praia de João Francisco e do "bairro" de Caxias, igualmente se paga a tributação e, efetivamente são urbanos, mesmo que no censo de 1991 o primeiro fosse contado como setor rural e o segundo como rural de expansão urbana. Uma administração mais descentralizada e um novo referencial tributário devem, necessariamente, incorporar a revisão destes critérios. Esta questão (da diferenciação urbano/rural) passa, também, pela análise destas novas territorialidades urbanas (embora com problemáticas rurais). Serão territórios inventados do ponto de vista econômico, demográfico, político, espacial? Houve algum tipo de ruptura dando lugar a alguma territorialidade nova cuja natureza ainda resta por determinar? O que se deseja demonstrar, com a presente reflexão, é que o processo de modernização tem como modelo a racionalidade industrialista, na sua busca de produtividade, lucro e eficiência. Essa modernização amplia-se a partir das cidades e do urbano, como já vimos, que funcionam como difusoras das inovações tecnológicas (base das diversas formas de modernização - econômica, cultural, política etc.). As áreas urbanas (ou rurais urbanizadas) se destacam, ainda, como locais de tributação diferenciada onde o consumo produtivo é importante como elemento de inserção na economia e na sociedade. De um modo geral, pode-se afirmar que a modernização que tem ocorrido no campo brasileiro, destacando aqui o caso de Quissamã, tem sido parcial e, além disso, com características de excludente já que a dispensa permanente ou temporária da mão-de-obra favorece, como veremos mais adiante, a manutenção dos níveis salariais baixos e afasta levas crescentes de população do circuito do consumo. Afeta, por conseguinte, aquelas características que desenvolvem o projeto de modernização progressista, autônoma ou reflexiva e que são percebidas em alguns setores do município. Os

sucessos na área da educação e saúde, a ampliação e melhoria da rede viária, a entrada na informatização dos serviços públicos, a quantidade de festivais, feiras, encontros que marcam a atualidade do município evidenciam os passos dados pela modernização até agora. Em Quissamã, um observador externo percebe claramente o embate entre a linha que poderia conduzir a uma modernização progressista e a linha dominante que acentua a modernização "simples", com características de modernização conservadora.

### 3. O PESO DA ESTRUTURA TRADICIONAL.

Em cada momento histórico, o processo de estruturação de uma dada sociedade apresenta uma constante redistribuição/revalorização dos elementos componentes do seu espaço. Esta redistribuição/revalorização baseia-se em condições pré-existentes, isto é, formas herdadas (SANTOS, 1996, p. 112), provenientes de momentos anteriores. Diz o referido autor que

*Chamamos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares (...) as rugosidades nos trazem os restos de divisões de trabalho já passadas, os restos dos tipos de capital utilizados, e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.*

Não há dúvida, como veremos mais adiante, que, em Quissamã, a paisagem como forma geográfica herdada tem exercido diferentes funções de acordo com sua própria estrutura. O capital comercial, substituído pelo capital industrial, a organização do complexo rural pecuarista e canavieiro, o avanço de novas técnicas de produção com suas repercussões sociais e espaciais, a estrutura fundiária tão polarizada, representam

sucessivas divisões de trabalho e estão presentes, como rugosidades, interferindo nas formas, funções e estruturas atuais. Todo este conjunto em permanente mutação cria novas organizações espaciais (novas estruturas). O encadeamento histórico, narrado a seguir, ilustra tal processo.

Em 1627, sete capitães, proprietários de engenhos no Rio de Janeiro, requereram ao Governador Martim de Sá a concessão de sesmarias, em troca de serviços prestados à coroa portuguesa nas lutas de expulsão dos franceses do litoral do Rio de Janeiro. As terras ficavam situadas entre o rio Macaé e o Cabo de São Tomé. Aí desenvolveu-se uma pecuária que tinha como principal objetivo abastecer em carne e animais de tração a cidade do Rio de Janeiro e a cultura açucareira ao redor da baía de Guanabara. Um século mais tarde foram fundadas as freguesias do Furado e de Quissamã e instalou-se o primeiro engenho de açúcar, dando início a uma atividade que vai marcar as terras do atual município até hoje.

A função de toda a região da baixada campista que, de início, foi exclusivamente fornecer animais de tração e carne para a região do entorno da baía de Guanabara, começou, em meados do século XVIII, a mudar para a produção canavieira, desenvolvida em pequenas, médias e grandes unidades de produção. Em Quissamã, ao contrário, manteve-se o latifúndio doado ao Capitão Maldonado e seus familiares que, por partilhas sucessivas, foi-se fragmentando sem, entretanto, sair das mãos da família original em seus diversos ramos. Forjavam-se, aí, as bases da futura sociedade açucareira e do arranjo espacial que ela definiu.

Em 1798 inaugurava-se o primeiro engenho de açúcar (de um total de sete, que duraram até 1877), junto à sede da fazenda Machadinha, iniciando a avassaladora marcha das inovações tecnológicas que transformaram tão drasticamente a paisagem campista e a de Quissamã em particular. É LAMEGO (1974, p. 118) quem afirma que:

*Desde o advento dos engenhos a vapor, o que se passa na planície nada mais é do que a luta da enxada contra o maquinismo, do dono da engenhoca contra o senhor do engenho e deste contra o usineiro. E afinal, de toda a massa de lavradores proletarizados contra umas duas dezenas de grandes fábricas....*

Desenhavam-se, afinal, as bases do segundo momento de ocupação do território. No primeiro (até finais do século XVIII), o açúcar não apresentava a exclusividade econômica, política e social que caracterizará a sociedade quissamaense mais tarde. Se a maior parte das terras da ampla planície campista pertencia a quatro grandes fazendas, a maioria da produção de gado e de açúcar era obtida em unidades individuais, demonstrando uma atividade excepcional do camponês trabalhando em lotes aforados (LAMEGO, 1974, p. 134). Dessa primeira fase, ainda sem o luxo e a ostentação posteriores, resta apenas a Casa de Mato de Pipa (1786), em Quissamã, única em todo o Norte-Fluminense. Nela são notáveis os traços da austeridade e da necessidade de defesa, características do estilo bandeirista, ao qual se assemelha. Pode-se dizer que foi a “mãe” da sociedade açucareira de todo o século dezenove, no território do atual município.

O segundo momento abrange todo o século XIX e a maior parte do século XX, tendo seu apogeu durante o segundo reinado. Foi neste longo período que se desenhou a “paisagem-matriz” (BERQUE, 1998, p. 86), que participa da cultura e da montagem de uma nova relação sociedade-natureza ao se transformar numa série de signos para a sociedade local e se tornar fator importante para a construção da identidade quissamaense. Diz o autor que

*É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, jul-*

*gada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral, essa política, etc.*

A paisagem, como veremos mais adiante, vai se constituir numa das mais evidentes marcas no município de Quissamã.

O primeiro engenho a vapor de toda a planície campista foi instalado em 1827, e marca o início da "idade da máquina", no dizer de LAMEGO (1974, p. 149), em que as moendas de ferro substituíram os rolos de madeira. Contra essas caras instalações, o pequeno senhor de engenho tornou-se impotente e perdeu o *status* ao transformar-se em *lavrador* (como passam a ser designados os fornecedores) e não mais fazendeiro de açúcar. Esta clivagem social vai se acentuar quando da inauguração do Engenho Central de Quissamã.

À medida que a elite local, por relações de parentesco e por enriquecimento, foi ganhando prestígio junto à Corte, Quissamã preparava-se para uma grande onda de inovações que colocavam a localidade em posição de destaque no cenário político e econômico da província fluminense, somente abalada com a abolição da escravatura e com a Proclamação da República.

Às inovações técnicas que resultam no aumento e na melhoria da produção de açúcar, somaram-se inovações no sistema de transportes. Em 1861 inaugurava-se o canal Campos-Macaé (que atravessa Quissamã, junto à Freguesia), importante no transporte da população, de açúcar e mercadorias em geral, além de permitir o saneamento de áreas pantanosas. Três anos mais tarde foi inaugurada a Estrada de Ferro Macaé-Campos, que tirava a utilidade do canal como meio de transporte. A rede expandia-se, no atual território do município, com uma linha particular

de 36 quilômetros, até o Engenho Central e para as principais fazendas, além da Freguesia.

Com isso, as formas espaciais começaram a se alterar, ao mesmo tempo que se modificava a estrutura produtiva, enquanto se mantinha a função agro-comercial (no caso do Norte-Fluminense, e de Quissamã): a produção de açúcar para o mercado interno.

As fazendas, ao longo da maior parte do século XIX, organizavam-se como auto-suficientes e era aí que se desenvolvia a vida social dos moradores. A vila não tinha qualquer expressão, nem mesmo como residência secundária. A casa grande, a capela, as senzalas, as olarias, carpintarias, o engenho a vapor, ferrarias, o artesanato formavam um conjunto que correspondia àquilo que SILVA (1996, p. 5) denomina complexo rural e que é fortemente atingido pela onda de modernizações que definiram um longo período de decadência desse complexo, enquanto se forjava o complexo agro-industrial, que vai dominar a organização da produção nas últimas décadas do século XX.

A grande inovação para o local (de fortes impactos espaciais), e que demonstra muito bem o prestígio de sua classe política, foi a inauguração, em 1877, do Engenho Central de Quissamã (hoje conhecido como Usina), o primeiro da América Latina com características de cooperativa.

Embora com nível tecnológico assemelhado, engenhos centrais e usinas diferiam em aspectos fundamentais. Os primeiros eram obrigados a moer apenas a cana de terceiros, embora fossem de propriedade particular. As usinas eram particulares e possuíam suas próprias lavouras, moendo cana de fornecedores se assim o desejassem. Os engenhos centrais contavam com subvenções oficiais, eram proibidos de usar trabalho escravo e representavam a separação entre produção e industrialização do açúcar na busca de melhor qualidade do produto.

O Engenho Central de Quissamã foi constituído mediante a reunião de capitais oriundos de uma mesma família, a do 1º Visconde de Ara-

ruama e, apesar das proibições oficiais, esses fazendeiros continuaram a manter suas plantações e a enviar suas canas para o engenho central. Permaneciam, assim, no controle de parte importante do processo produtivo. É MARCHIORI (1991, p. 20) quem afirma que

*Quissamã teve a primazia de ser o primeiro engenho central do país, assim como foi também a primeira companhia a burlar o princípio da dissociação da produção. Desde sua fundação, as canas que abasteciam o engenho central advinham, em máxima parte, das fazendas dos proprietários da fábrica....*

A empresa mantinha, assim, o controle do processo produtivo e só não era auto-suficiente em matéria-prima porque não lhe interessava correr todos os riscos inerentes ao processo produtivo (MARCHIORI, 1991, p. 21).

Ainda segundo a mesma autora, no tocante ao trabalho na fábrica, também aí houve burla às disposições oficiais pois, nas atividades subsidiárias (carregamento, ensacamento), houve largo emprego do trabalho escravo. Os trabalhadores do interior do engenho eram pequenos lavradores (proprietários e meeiros) que deixaram suas terras para se tornarem operários.

O projeto dos engenhos centrais deve ser entendido como parte do processo de modernização pelo qual passou a sociedade brasileira, em geral, e a de Quissamã em particular, na segunda metade do século XIX.

Como consequência dessa modernização, alterava-se, também, a fisionomia da Freguesia de Quissamã (na época, vila de Macaé). A criação do engenho, próximo a ela, aumentava o contingente demográfico, com operários, funcionários e técnicos. Multiplicavam-se os serviços e desenvolvia-se alguma diversidade nas ocupações urbanas. MARIANI (1991, p. 37) nos lembra que o desenvolvimento do comércio criou a possibilidade de abastecimento da região em gêne-

ros, produtos necessários ao funcionamento do Engenho, mercadorias importadas, bem como o provimento de créditos aos fazendeiros em épocas de crise. Esse modelo clássico de relação entre o capital comercial e a agricultura favoreceu, em Quissamã, a imensa concentração de terras nas mãos da família - um dos ramos da família Araruama - que controla o Engenho Central (hoje, com todas as características de usina, mantendo apenas o nome tradicional) e que resultou desse processo de endividamento dos fazendeiros.

Desenvolve-se, com isso, um processo contraditório que é de pujança econômica, traduzida no luxo das diversas sedes de fazenda da 2ª metade do século XIX, e primeiras décadas do século XX ao mesmo tempo em que se criava um mecanismo de dependência técnica e creditícia dos fazendeiros com relação ao Engenho, conduzindo àquele acelerado processo de concentração de terras. Essas crises, em que se somam a abolição da escravatura, a Proclamação da República, o advento das usinas, a crescente centralização da produção e as sucessivas depreciações dos preços do açúcar no mercado internacional, acarretaram uma crescente dependência da atividade açucareira à tutela governamental.

#### **4. ESTRUTURA FUNDIÁRIA E TRABALHADORES RURAIS.**

A histórica luta entre a usina e os fornecedores de cana (grandes, médios ou pequenos) representa um momento da dominação do capital industrial na economia açucareira, ao mesmo tempo em que traduz a competição entre proprietários rurais. O interesse do capital industrial em não correr todos os riscos da produção tem mantido uma estrutura fundiária diversificada, embora dominada pela produção canavieira e sofrendo um certo aumento da tradicional concentração de terras, de acordo com os dois últimos censos agropecuários.

Se observarmos os dados do Censo Agropecuário de 1985, para o então distrito de Quissamã, podemos notar como já era marcante essa

concentração. O total ocupado por lavouras temporárias (principalmente cana-de-açúcar) era de 11.394 ha (cana-de-açúcar com 9.881 ha). As lavouras permanentes ocupavam, apenas, 63 ha. Havia, ainda, 21.716 ha de pastagens (plantadas e naturais) e 3.072 ha de matas e florestas. No total eram 40.022 ha de área dos estabelecimentos. A estrutura fundiária, extremamente concentrada e polarizada, mostrava 240 estabelecimentos com menos de 10 ha ocupando 1.119 ha, ao lado de 7 estabelecimentos entre 1.000 e 10.000 ha que ocupavam 11.190 ha.

O Censo Agro-Pecuário de 1995/96 mostra, também, dados muito interessantes.

As lavouras temporárias passaram para 15.856 ha (continua o predomínio da cana-de-açúcar com 11.538 ha, segundo o Anuário da Fundação CIDE de 1996). Havia, entretanto, 485 ha de lavouras permanentes (côco e frutas), o que já demonstra os efeitos da política de diversificação de cultivos. As pastagens alcançaram os 18.675 ha. O total da área dos estabelecimentos era de 40.682 ha. A estrutura fundiária concentrou-se mais ainda. Eram 107 estabelecimentos com menos de 10 ha ocupando 811 ha (forte redução no número e na área) e 8 estabelecimentos, entre 1.000 e 10.000 ha ocupando 11.737 ha, indicando pequena alteração, mas que se torna significativa na escala local. É bom lembrar que não houve migração significativa da condição de proprietário para outras condições (parceiro e arrendatários), o que demonstraria uma permanência da vinculação direta com a terra.

Em 1995, somando as terras diretamente pertencentes ao Engenho alcança-se um quadro de quase monopólio. São 7.373 ha (Zoneamento Agroecológico da Restinga, junho de 1995), ocupados com cana-de-açúcar (de um total de 15.410 ha, pertencentes ao grupo familiar que dirige essa unidade fabril - Cadastro do INCRA 1995), que podem ser comparados aos 2.600 ha dos 260 fornecedores, nominalmente independentes. Este dado é extremamente significativo pois permite confirmar a quase autosuficiência

da Usina com relação à cana-de-açúcar, oriunda de suas próprias terras (fala-se em 65% ou 75%, conforme o ano), o que evidencia, mais uma vez, que o maior empregador e pagador de ICMS do município é, também (e por isso) o maior produtor e proprietário de terras.

Com todo o desenvolvimento econômico e modernização técnica (relativamente ao quadro de antes dos anos 70-80), pode-se perceber que a estrutura fundiária pouco se alterou no intervalo censitário e, quando ocorreu alguma alteração, foi com características concentracionistas e excludentes.

Ao longo do período, que vai da crise de 29 até a década de 70, a decadência de Quissamã se acentua, ao mesmo tempo em que o poder da Usina torna-se maior. Embora vinda de uma época anterior, fortalece-se, aí, uma estrutura social bem nítida, que justifica os conflitos latentes que vão se desenrolar e cujos principais atores são os seguintes:

- O usineiro, na figura dos membros da família proprietária da Usina, representa o capital industrial e é o responsável pelo esmagamento de canas para o fabrico do açúcar e do álcool, procura reestruturar tecnicamente o Engenho Central, tentando dar-lhe a competitividade que lhe falta. Vive as incertezas da política oficial com relação ao setor sucro-alcooleiro, a redução dos preços internacionais do açúcar (retração do mercado russo - importante comprador do açúcar brasileiro), e o descaso do governo estadual que considera a Macrozona Açucareira como de necessária reprogramação, com vistas à diversificação de culturas, diante dos problemas apresentados pela lavoura canvieira na região (Plano Plurianual 1996-99, p. 76-77). Embora de fundamental importância para o município, o "usineiro" quase não participa de sua vida social.
- O fornecedor de cana caracteriza a posição subordinada de todos os produtores agrícolas frente ao usineiro e ao Estado. Nessa categoria estão incluídos os pequenos, médios ou grandes produtores (proprietários ou não). Os grandes

fornecedores constituem um dos pilares da sociedade local, tendo forte expressão política.

• Pequenos lavradores, produtores de cana ou não. Aqueles que têm abaixo de 5 alqueires de terra para trabalhar e que, eventualmente, vendem sua força de trabalho, mas, em geral, asseguram a reprodução de sua unidade familiar, conforme sua composição e ciclo de desenvolvimento doméstico. De acordo com entrevista com técnicos da EMATER (Quissamã, 21/09/95), seriam aqueles que estariam na faixa do módulo rural de 8 a 12 hectares, tirando de 1,5 a 2 salários mínimos mensais e vivendo somente desse rendimento. Há, ainda, os que ocupam áreas diminutas, geralmente inferiores a 1,5 alqueires, cuja produção não assegura a manutenção básica da família, colocando-se então como vendedores de força de trabalho para outras unidades de produção agrícola ou em outros setores da economia.

• Os trabalhadores assalariados, permanentes e temporários. O assalariamento temporário consiste na contratação por curtos e determinados períodos, sem vínculo empregatício regular, e o trabalho é pago por tarefa e não por tempo de trabalho. A noção de temporário contém, na verdade, pelo menos, dois subtipos de trabalhadores. O primeiro tipo é o assalariado "puro" que vive exclusivamente da venda de sua força de trabalho e reside na periferia de pequenas cidades como Quissamã ou nos bairros rurais, como Machadinha, Santa Catarina etc, restringindo-nos aos exemplos do município em estudo. Um segundo tipo de trabalhador assalariado temporário é formado por pequenos proprietários, parceiros, arrendatários ou ocupantes que se empregam fora de sua unidade em determinadas épocas do ano porque não asseguram a subsistência familiar com base, apenas, na própria produção.

De acordo com os dois últimos censos agropecuários (85 e 95-96), houve uma redução geral do número de pessoas ocupadas na agropecuária. Eram 2.367 em 1985, e somente 974 em

95-96. Em 1985 eram 684 trabalhadores permanentes contra 404 em 95-96. Os temporários caíram de 757 para apenas 31, nesse mesmo período. Os membros não remunerados da família passaram de 716 para 467.

As estatísticas disponíveis não permitem avaliar o número exato de pessoas envolvidas em trabalhos temporários (o próprio censo mostra a enorme variação, ao longo do ano), nem indicar as diferenciações entre os assalariados temporários puros e os eventuais.

A dificuldade no uso dessas estatísticas fica evidente quando se sabe que o contingente de trabalhadores rurais temporários torna-se bastante elevado nos momentos de pico dos trabalhos de colheita, quando são contratados trabalhadores de fora do município (Conceição de Macabu, por exemplo). Sabe-se, por outro lado, que a demanda reduz-se a um terço nas épocas de entressafra, quando aparece com contornos bastante graves o problema do desemprego sazonal na agricultura do município.

É necessário observar que a complexidade do mercado de trabalho e a indiferenciação do trabalhador quanto ao setor produtivo no qual vai se inserir têm conduzido a uma unificação rural-urbana do referido mercado de trabalho. Uma vez instalado como habitante periférico da zona urbana, o trabalhador rural passa a ser responsável pela sua própria reprodução, num quadro de instabilidade e incerteza quanto ao emprego futuro.

Esta situação mostra-se proveitosa para os empresários rurais (usina e grandes e médios fornecedores de cana), pois estes deixam de ser responsáveis pela subsistência de seus trabalhadores durante o ano. Como assalariados temporários recebem pagamentos por diária ou por tarefa, atraentes, suficientemente, para que os trabalhadores optem pelo trabalho rural quando solicitados. Ao mesmo tempo, a segmentação da força de trabalho evidencia-se na forma de contratação da mão-de-obra, pelo controle na pro-

dução por idade, sexo e formas de pagamento e se reflete nas dificuldades de organização dos assalariados no campo.

A utilização dos trabalhadores durante alguns períodos do ano é possível por causa de dois processos combinados: a modernização parcial das tarefas relacionadas ao trato da cana, que faz com que o número de trabalhadores braçais para o canavial seja bastante reduzido (já há, inclusive, no município, uma máquina cortadora de cana - 1996); a simplificação de tarefas que caminha juntamente com a desqualificação do trabalho rural. É esta desqualificação que acelera a indiferenciação da inserção do trabalhador no mercado de trabalho urbano ou rural, ao mesmo tempo em que contribui para a crescente complexificação desse mercado onde variadas estratégias de sobrevivência vão ser desenvolvidas pelos trabalhadores.

NEVES (1997), chama atenção para a crescente dissociação entre unidade familiar e unidade de produção, caracterizada pela inserção dos membros da família em outros setores que não a unidade produtiva. Diz a autora que há um projeto familiar nas estratégias de integração social e que, graças à pluriatividade<sup>2</sup>, as funções familiares ultrapassam, em muito, aquelas abarcadas pela produção, ao mesmo tempo em que fornecem alternativas à família para gerir um projeto coletivo de incorporação de gerações. Neste contexto, ganham expressão atividades tais como tratorista, turmeiro, operário da usina, trabalhador da prefeitura, motorista de carretas e caminhões, operador de máquinas etc que, para os pequenos proprietários, constituem uma tendência à autonomização dos indivíduos numa exploração agrícola e a manutenção da coerência da unidade familiar, que, assim, escapa à fragmentação.

Os trabalhadores temporários se ocupam, na entressafra, como pedreiros, jardineiros, pescadores e em diversos outros serviços urbanos. Entrevistas realizadas em 1995, 1996 e 1997 confirmam estas tendências à complexificação do

mercado de trabalho e à diferenciação entre unidade familiar e unidade de produção.

Estas múltiplas relações de trabalho constituem, simultaneamente, aspectos da estrutura tradicional (por isso são aqui referidos) e formas modernas de organização do mercado de trabalho. Entretanto, como já foi apresentado, a realidade de Quissamã é marcada pelos elementos característicos de uma modernização simples, conservadora e excludente, na qual o "novo" contém muito do antigo.

A elevada proporção de áreas ocupadas por estabelecimentos muito grandes relaciona-se ao fato de que as enormes propriedades se constituíram nessa região em fases remotas do processo de ocupação com base em concessões realizadas pelo governo central. Embora tenham sofrido significativo processo de fragmentação por herança, de certa forma, ficaram preservadas de maior subdivisão por falta de um mercado de terras, explicitamente, em moldes especulativos e que, atualmente ganha maior impulso, na medida em novas formas de valorização da terra se desenvolvem.

Por outro lado, apesar da antiguidade da apropriação e da exploração econômica das terras do município, que poderia ter dado margem a um intenso parcelamento ao longo do tempo, isso não se verificou graças à importância da *plantation* que contribuiu para a manutenção dos grandes estabelecimentos. BRITO e INNOCÊNCIO (1988, p. 103), referindo-se a Campos, chegam a afirmar que esta evolução distingue a área campista (da qual faz parte Quissamã) das outras áreas agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, principalmente do Vale do Paraíba, onde, segundo os autores, o desaparecimento da cultura cafeeira ensejou maior fracionamento das unidades produtivas. Embora sem dados oficiais disponíveis, os técnicos da EMATER (entrevista em 14/09/95) afirmavam que havia vários exemplos de fracionamento de propriedades canavieiras em Quissamã, decorrentes da partilha por herança sem, entretanto, alcançar os índices de fragmentação de outras áreas do estado.

Um outro aspecto a ser abordado para demonstrar o peso da estrutura tradicional e a estagnação do atual município por um longo período é a evolução demográfica.

De acordo com os últimos censos, a população do atual município tem evoluído da seguinte maneira: em 1970 eram 9.933 habitantes dos quais 2.796 urbanos que viviam na atual sede municipal; em 1980 eram 9.620 habitantes dos quais 3.240 eram urbanos e viviam na atual sede municipal; em 1991 eram 10.467 habitantes dos quais 4.410 viviam na cidade de Quissamã. Percebia-se, por esses dados, uma evolução típica dos pequenos municípios do Norte-Fluminense que vivem há décadas um processo de esvaziamento populacional. Entretanto, Quissamã desponta, em 1996, de acordo com a Contagem realizada pelo IBGE, como um dos municípios fluminenses de maior crescimento demográfico. Eram 12.583 habitantes dos quais 6.980 urbanos e 5.603 rurais, o que rompe com o quadro de estagnação demográfica apresentado até o censo de 1991.

Assim, a estrutura herdada no município de Quissamã, baseada nas grandes unidades produtivas (agrícolas ou pastoris), apresenta sua força no presente, mostrando que o espaço é uma acumulação desigual de tempos (SANTOS, 1982, p. 6) e que "é assim que os lugares - combinações localizadas de variáveis sociais - mudam, de papel e de valor, à medida em que a história vai se fazendo" (SANTOS, 1982, p.40). A velha estrutura sócio-espacial pode ainda exercer um papel, por vezes, decisivo, sobretudo nos casos em que o novo aparelho administrativo ainda não tem um controle completo sobre um grande número de agentes. Para SANTOS (1982, p. 54) "devemos sempre nos lembrar de que, em um período de transição, as antigas classes dominantes não estão ainda completamente desprovidas de sua força e a luta entre o novo e o antigo é uma luta de morte".

Ainda dentro dessa estrutura herdada, pode-se incluir a própria paisagem canavieira, no sen-

tido de ser uma herança da *plantation* escravagista e constituir um conjunto de formas visíveis (COSGROVE, 1989, p. 121) na superfície da terra. A paisagem, para o referido autor, está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação harmoniosa e ordenada racionalmente cuja estrutura e mecanismo são acessíveis ao olho e à mente humanos e atuam, para estes, como guias na alteração do meio ambiente. Ainda segundo COSGROVE, observa-se que a paisagem vem sendo relacionada à cultura e, assim, apresenta uma dimensão simbólica e serve ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer valores de grupos dominantes em determinada sociedade.

Em Quissamã, a paisagem é marcada pelos suntuosos casarões, alguns em ruínas, outros ainda habitados e desempenhando o papel de sede de propriedades agrícolas. Essa paisagem cultural (campos de cana, caminhos, casarões etc.) possui uma faceta funcional e outra simbólica (CORREA, 1995, p. 4) bem expressas na importância econômica de muitas dessas unidades e na importância dada ao patrimônio municipal. Para COSGROVE apud CORREA (1995, p. 5) tratar-se-ia de uma paisagem da cultura dominante, um dos meios através dos quais o grupo dominante tem o seu poder

*sustentado e reproduzido em grande medida, pela sua capacidade de projetar e comunicar (...) para todos os outros grupos, uma imagem de seu mundo, consoante com sua própria experiência, e ter aquela imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de todos.*

As representações da paisagem de Quissamã têm sido feitas através de quadros que mostram a austeridade dos nobres senhores de engenho, a harmonia de suas famílias, a beleza dos casarões, a opulência comedida e os tranquilos trabalhadores rurais "aceitando seu destino". A violência da escravidão e as precárias condições de vida

que a sucederam, além de não serem mostradas, têm sido eficientemente omitidas.

Os valores culturais/simbólicos da paisagem são reproduzidos e incorporados ao cotidiano das pessoas e reforçados em cerimônias públicas. Em Quissamã, os símbolos do município contêm elementos significativos da paisagem, como os canaviais, o petróleo e as palmeiras imperiais que adornam a entrada das grandes fazendas. Uma quadrinha de Rita Braga citada por PINTO (1995, p. 61) elucida bem a importância da paisagem/classe dominante no imaginário da população: “terra de passado ilustre(...) de condes, duques e viscondes(...) numa hierarquia de nobreza e a riqueza que este solo escondia...”

Assim, os diversos atores do processo de reestruturação espacial de Quissamã, desempenham diferentes papéis e apresentam diferentes propostas políticas, que ora se antagonizam ora se complementam. Os usineiros, os grandes proprietários rurais, os médios e pequenos agricultores, os trabalhadores rurais e urbanos (e rurbanos - trabalhadores rurais e moradores urbanos), a “elite” intelectual/técnica/burocrática da cidade, constituem segmentos específicos bem definidos e com aspirações muitas vezes diferenciadas.

É necessário estar atento para qualquer tipo de maniqueísmo. Não se trata de uma luta entre o bem e o mal, mas de dois projetos políticos (o da modernização simples com características de conservadora e o da modernização progressista com “tinturas” de reflexiva) que, muitas vezes, se confundem, se aliam e assumem posições até mesmo conflituosas com suas propostas originais.

## **5. EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS: A MODERNIZAÇÃO E AS ATUAIS POLÍTICAS TERRITORIAIS.**

A longa letargia de Quissamã foi quebrada em 1975 com a criação do Proálcool. A grande disponibilidade de incentivos fiscais e financeiros impulsionou uma busca pela inovação e pelo desenvolvimento tecnológico, característico de sua etapa inicial.

A inovação tecnológica traduziu-se, basicamente, na preparação do solo para o plantio com a quimificação, a melhoria das espécies, a mecanização de algumas fases da produção (tratorização) e, principalmente, modernização industrial, com a introdução das destilarias de álcool. A colheita não acompanhou esta evolução e só mecanizou o carregamento do caminhão e o transporte para a usina. O corte da cana continuou a ser feito manualmente, em maiores quantidades, graças à queima. O caminhão passou a determinar a velocidade dos trabalhadores no processo de plantio, como numa linha fordista de montagem. A introdução da mecanização da colheita tem sido feita lentamente e a primeira máquina de corte da cana, em Quissamã, só começou a ser utilizada em 1997. As condições para a mecanização do corte são boas, principalmente nas áreas de tabuleiros, mas também se sabe que o movimento sindical é muito frágil no município, o que pode ter retardado esta opção tecnológica. Até aqui, a modernização da lavoura canavieira tem sido mais técnico-organizacional, combinando-se com péssimas condições de trabalho e aumento da exploração dos trabalhadores.

É preciso lembrar que até o início da década de 80, quando era executado o corte da cana crua, sem queimar, o trabalhador cortava e enfeixava a cana, amarrando os fardos com as folhas. Esta cana era transportada nas costas dos homens até os pequenos caminhões ou carretas. Nesta etapa, os talhões de corte eram menores e cada trabalhador cortava duas ou três linhas.

Com a modernização da industrialização (Proálcool), aumentam as unidades de produção para satisfazer a voracidade da usina; a cana passa a ser queimada para aumentar a produtividade do corte (triplica a produtividade do trabalho do cortador) e não é mais enfeixada; a mecanização da preparação do solo e do plantio permite um redimensionamento dos talhões, que aumentam bastante; a embarcadeira é introduzida para

empilhar a cana e carregá-la até os caminhões, agora maiores, ou para as grandes carretas puxadas por tratores.

A atividade do corte da cana necessita, além de resistência física, de uma certa especialização, que é o manejo do facão, para cortar em baixo, junto ao solo e em cima, junto ao palmito, desfolhar e amontoar a cana. A tarefa é simples, mas a velocidade, em movimentos e golpes sincronizados, exigida pelo corte, tornam-na bastante complexa e nem todos os trabalhadores podem executá-la satisfatoriamente. O importante, nesta descrição, é perceber que o cortador começa a entrar no ritmo das máquinas, o que se acentuará com a introdução da colheita mecânica que irá transformar muitos trabalhadores em meros apêndices da máquina, como bituqueiros-cortadores, ocupando-se em segui-la e ir cortando as canas que ela não cortou, além dos cantos dos talhões. Aparece, claramente, nesse processo de modernização da agricultura, a subordinação real do trabalho ao capital, acelerada nas décadas de 80 e 90.

Ao Proálcool (que marcou profundamente o padrão tecnológico e as relações de trabalho), seguiu-se o Projir (irrigação), o Provárzeas, o Prodenor, o PCTS (Pagamento da Cana pelo Teor de Sacarose), a ação do DNOS "liberando" áreas para a lavoura, como tem ocorrido no entorno da Lagoa Feia onde proprietários (grandes e pequenos) triplicaram suas extensões de terra graças à diminuição do espelho d'água motivada pela indiscriminada abertura de canais de drenagem.

No dizer de CRUZ (1986, p. 39),

*o importante neste momento é chamar a atenção para o fato de que, de maneira geral, esses recursos, não importa a quais Programas (ou políticas) pertençam, vêm contribuindo claramente para o fortalecimento do capital agroindustrial, seja via concentração fundiária ou subordinação do pequeno produtor de cana, ou pela ga-*

*rantia de sua não aplicação na diversificação da agricultura e no desenvolvimento da indústria.*

Além disso, pode-se acrescentar as enormes repercussões sociais desse processo de concentração, com ampliação dos níveis gerais de miséria, como bem mostra, para o município de Campos, a obra organizada por PIQUET (1986).

A profunda incerteza do Proálcool diante da prática oficial do planejamento episódico e incidental, culmina, em 1986, com a escassez do álcool combustível, que comprometeu a credibilidade do programa e trouxe novas dúvidas para usineiros e fornecedores de cana.

Para BERNARDES (1995, p. 255) a modernização, além de ser induzida pela ação do Estado, foi muito parcial, quando comparada com a que ocorreu em São Paulo, pois que a "mudança técnica não se introduziu através do mecanismo da competição capitalista, ou porque a forma de produzir se havia esgotado, já que existia capacidade ociosa". Mais adiante, a referida autora, ainda demonstrando como foi parcial a modernização técnica, afirma que

*este é um lugar (o Norte Fluminense) que se lê como arcaico, mas que não pode ser compreendido em sua dinâmica contemporânea em uma leitura do arcaísmo, embora também não possa ser compreendido por uma leitura da modernização, porque é insuficiente para expressá-la.*

Assim, de acordo com a autora, os empresários do Norte Fluminense foram pressionados pelo Estado (com incentivos e vantagens) para adotarem padrões técnicos avançados dando à região uma função que só pode ser compreendida no cenário da modernização do país (especificamente do setor agrícola) e de sua inserção no mercado internacional.

É interessante ressaltar como, hoje em dia, convivem padrões técnicos tão diferentes numa

área restrita, como é o caso de Quissamã. De acordo com a EMATER (entrevista citada anteriormente), há fazendeiros que utilizam aviões para espalhar inseticidas, usam herbicidas, buscam espécies selecionadas e obtêm rendimentos muito elevados. Para os técnicos, uma “produtividade boa” é de 60 a 70 toneladas de cana por hectare. Em algumas áreas do município, onde o solo, a umidade e as técnicas de irrigação empregadas o permitem, a produtividade chega a 90 toneladas por hectare, por mais de 20 cortes. A título de comparação, a média do município é de 45 toneladas por hectare.

No final dos anos 80, desenvolveu-se um programa de incentivo à diversificação de culturas, inicialmente com o côco, pois que a cana não estava dando o mesmo retorno do início do Proálcool. A usina passou a pagar menos por tonelada de cana e a perda dos produtores ficou mais acentuada. Hoje a usina paga onze reais por tonelada de cana. Se no primeiro ano se gastam mil e cem reais para instalar uma cultura de cana, vai se obter um retorno de apenas setecentos reais, ainda de acordo com a entrevista efetuada na EMATER, o que já coloca o produtor no prejuízo. O retorno vai vir a partir do segundo ou terceiro ano de produção. Outra cultura que tem obtido sucesso é o abacaxi, que transformou Quissamã no primeiro produtor do estado. Tentou-se, nos últimos anos, trabalhar, também, com laranja, goiaba, pinha, caju-anão. A tendência é que a cana fique apenas com os grandes proprietários (a usina é, praticamente, auto-suficiente, pois pode sustentar-se moendo a própria cana) enquanto as outras culturas devem ficar com os pequenos e médios, o que, de um lado, melhorará a qualidade da cana e, do outro, diversificará a produção.

Este programa de diversificação agrícola desenvolve-se a partir do Horto Municipal de Quissamã, que funciona, desde 1992, como piloto do projeto. O incentivo da prefeitura a outras culturas é uma tentativa de sair da total dependência da lavoura canavieira, à qual a econo-

mia municipal está tão intimamente ligada. O horto fornece mudas e implementos agrícolas aos produtores interessados em entrar no programa e os resultados da aceitação já se fazem sentir, tanto na fruticultura como na horticultura, o que já sobressai com o aumento das culturas permanentes, como já vimos. Assim, caso este programa seja vitorioso (como parece), além da lavoura canavieira, contar-se-á com uma fruticultura policultora, além do petróleo e do gás natural que passam a constituir uma nova base econômica para o município.

A descoberta de petróleo na bacia de Campos e a possibilidade de contar com os “royalties” fornecidos pela Petrobrás anunciam, no final dos anos 80, a perspectiva de crescimento econômico sem a dependência exclusiva ao Engenho. Os setores sociais urbanos, aliados a alguns produtores rurais, definiram uma estratégia conjunta que levou à emancipação do município, em nome de uma proposta de identidade, até então não explicitada. Por outro lado, este novo momento do processo de modernização tem sido marcado por novos/velhos problemas colocados às novas administrações. Existentes antes da emancipação, eles se tornaram mais próximos, demandando soluções efetivas.

As desigualdades sociais, características da sociedade brasileira, apresentam-se muito presentes no município em estudo. De acordo com o Censo Demográfico de 1991, os níveis de renda em Quissamã eram extremamente baixos. Em 8 dos 12 setores censitários em que o município está dividido, mais de 80% dos chefes de família ganhavam até um salário mínimo. Em apenas 3 setores (os urbanos, naturalmente) havia mais de 10% dos chefes de família ganhando mais de três salários mínimos. Embora acreditemos que a situação tenha se modificado nestes sete anos pós-censo, não esperamos que tenham ocorrido grandes mudanças na distribuição sócio-espacial das fatias de renda. Ao contrário, acreditamos que a concentração deva se manter.

A par da dramática questão das desigualdades sociais trazida pela modernização capitalista, a construção da identidade nada tem de "natural" como bem mostra HAESBAERT (1994, p. 14) para o oeste baiano, pois ela é produto de um momento social específico. É em seu nome que são construídas alianças, moldados projetos econômicos e, como no caso de Quissamã, produzido o próprio território. Foi a luta pela emancipação que serviu como referencial para as diversas categorias que compõem a estrutura social de Quissamã.

No município em estudo percebem-se, claramente, dois processos que atuam de maneira integrada e que caracterizam os espaços geográficos contemporâneos: a territorialização e a desterritorialização.

Território será entendido por nós como um certo campo de poder exercido sobre o (e através do) espaço por grupos dominantes. Ou, como deseja SOUSA (1995, p. 78) "espaço definido por e a partir de relações de poder".

Para analisar os processos de construção do território de Quissamã e da sua crescente desterritorialização, à medida que se integra às diversas redes que agora recobrem o município, recorremos a LÉVY (1992, p. 24 e 28) e a HAESBAERT (1993, p. 4 e 8; 1995, p. 177 e seguintes). Fica claro para os autores que a noção de território está associada, por exemplo no caso em estudo, ao modo agrícola de ocupação do solo (que ocupa de forma contínua uma determinada superfície).

A territorialização é sintetizada pelo segundo autor como sendo um processo que inclui as dimensões política e cultural, onde a paisagem (entendida como um constructo social) tem lugar de destaque; para ele, o território qualifica, distingue, identifica.

No caso específico de Quissamã, é interessante notar que as pessoas entrevistadas em setembro de 1995 afirmaram que nunca se consideraram macaenses, mesmo antes da emancipação. A idéia de pertencer a uma parcela do espa-

ço, com manifestações culturais (inclusive folclóricas), com uma história distinta dos demais (a identidade com os casarões do período do apogeu da cana e a estima pelo "fado" de Quissamã, podem ser símbolos dessa identificação), esteve presente em todas as entrevistas. Foi marcante o "sentimento nativista", provavelmente exacerbado no movimento de emancipação.

Já o processo de desterritorialização, ainda de acordo com HAESBAERT (1995, p. 177), conteria uma dimensão econômica (abertura da economia, integração aos circuitos comerciais etc.), uma dimensão política (que no caso do município é pouco expressiva) e uma dimensão cultural (com uma crescente perda de identidade, à medida que o município se integra a circuitos homogeneizadores da mídia e da cultura dominante). O processo de desterritorialização é estimulado pelas redes técnicas ao acelerarem fluxos (de pessoas, capitais, mercadorias) e a extroversão (integração com circuitos externos àquele território). É evidente que esse movimento, provocado pelas tecnologias cada vez mais ágeis na aceleração das transformações do espaço social, leva à destruição de algumas características que identificariam o território. Ainda prosseguindo com HAESBAERT (1995, p.178), é necessário lembrar que, embora numa relação desigual, territorialização e desterritorialização podem ocorrer concomitantemente e que, até mesmo, pode haver um outro movimento de reterritorialização em que redes de solidariedade possam representar resistência às perdas inerentes ao processo de desterritorialização. O autor (1995, p. 202) adverte contra os extremos da desterritorialização e clama pelo constante diálogo, pela promoção da solidariedade e pela maior igualdade com o outro, que estariam sendo afetados pelo processo de modernização que inclui as diversas dimensões apontadas.

Assim, enquanto o território adquire uma conotação mais restritiva/delimitadora, definindo o espaço a partir de sua superfície, muitas vezes politicamente delimitada, a rede (conceito

fundamental para se entender o atual momento da modernização) traduz, no caso de Quissamã, um caráter de abertura/desintegração, definindo, muitas vezes, o espaço a partir de sua hierarquia e tendo por base pontos ou nós, constituídos pelas cidades, onde se encontra a sede dos diversos tipos de poder (dentro de uma hierarquia que vai do local ao global) e linhas que ligam esses nós e que representam os fluxos já referidos.

Recorrendo mais uma vez a SANTOS (1996, p. 267), podemos ver que

*... se constituem, paralelamente, uma razão global e uma razão local que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o mundo, mas, também, o confronta, graças a sua própria ordem.*

Se, como diz o autor citado, é a partir do local que se percebe o global e se adquire a visão de mundo, fica claro que os estudos de escala local ganham cada vez mais sentido num momento em que tanto se discute a pretensa unificação e homogeneização do mundo provocadas pela chamada globalização com o inevitável (?) recuo das culturas locais. O que parece claro, como nos mostra FEATHERSTONE (1996, p. 11) “é que não se trata mais de considerar global e local como dicotomia separada no espaço e no tempo e sim que os processos de globalização e localização são indissociáveis na fase atual”.

O mesmo autor adverte para o pressuposto comum que demonstra que a modernização necessariamente implica no eclipse das identidades culturais, o que não ocorreria, pois não haveria a perda do uso ficcional de classificações simbólicas pelas comunidades locais e que as mudanças que se desenrolam na fase atual de globalização estariam provocando reações que procuram redescobrir as particularidades, o localismo e a diferença que demonstram os limites dos projetos unificadores.

Não se trata de entender o local como estabelecido, fechado e coerente em si mesmo, e sim de percebê-lo como lugar de inter-relações e conexões de influências e movimentos. A isto não escapam nem os pequenos locais que participam, à sua maneira, desta leitura do global marcada pelas particularidades locais. Neles, como em Quissamã, por exemplo, há consideráveis contrastes internos (se opondo à alardeada homogeneidade, que nem em nível local se percebe) nas espacialidades dos diferentes atores sociais pois que nem todos participam igualmente das formas de acesso à informação e comunicação. Ao mesmo tempo que se pode dizer que ninguém, hoje em dia, vive apenas localmente, não atingido por acontecimentos externos à comunidade em que vive seu cotidiano, isto não quer dizer que a importância do local tenha declinado, mas sim que cada pessoa, cada grupo é localizado<sup>3</sup> diferentemente em relação ao processo de globalização. As redes, nas quais se inserem e/ou são inseridos diferenciadamente as pessoas e os locais, servem, bastante bem, como mais um instrumento de compreensão dessa complexa realidade.

Quissamã, com o processo de emancipação (04/01/89), insere-se mais efetivamente nos fluxos capitalistas (do setor financeiro, planejamento e criação de tecnologias, comércio etc.) traduzidos pelos “royalties” pela presença de agências bancárias (ainda restrita), desenvolvimento da telefonia e pelas redes informacionais (principalmente na esfera dos serviços públicos). As formas de inserção partem tanto do local, fazendo-se presente, como ator nessas articulações, como de fora, ao buscar o que Quissamã pode oferecer como participante desse processo.

A aludida “desterritorialização” de Quissamã traduz-se, ainda, numa série de medidas tomadas pela prefeitura tentando uma visibilidade externa maior para o município (movimento de extroversão) através de festivais, congressos, exposições, encomendas de diagnósticos técnicos, políticas de diversificação agrícola e busca de

novas tecnologias, intensa atuação nas áreas de saúde e educação, desenvolvimento do ecoturismo, modernização da pesca, etc. É claro que todo este processo de extroversão acarreta riscos de perda das marcas tradicionais (físicas e culturais) que têm caracterizado o município, mas, quase todos, representam também variadas formas de valorizar e fortalecer o localismo, preocupação explícita em muitos setores do município.

Quissamã tem enfrentado novas mudanças ao ampliar seu sistema de ligações com outras áreas do estado - maior rede de escoamento de mercadorias, maior trânsito de pessoas de fora, desenvolvimento do setor terciário etc. A cidade, conhecida, internamente como "freguesia", começa a se estruturar como um pequeno centro burocrático com despachantes, contadores, melhor comércio e urbanização acelerada de alguns bairros, o que coloca novas questões para seus habitantes.

É preciso perceber que o processo de modernização (com suas características conservadoras e progressistas) que se apresenta em Quissamã contém aspectos múltiplos a serem observados em seus caracteres positivos e negativos.

a) A diversificação da agricultura, a pesca em moldes capitalistas e o ecoturismo na restinga podem acarretar uma especulação imobiliária que altere completamente o mercado de terras do município desarticulando a produção agrícola, nas áreas de mais intensa valorização das terras. É necessário lembrar que isto já caracteriza algumas áreas como Genipabú (Rio Grande do Norte) e Búzios (Rio de Janeiro) em que, apesar da intenção de se desenvolverem projetos preocupados com a conservação da natureza, tem havido uma prática que pouco se relaciona com as intenções iniciais.

Essa especulação pode se traduzir por loteamentos de empresas imobiliárias ou pelo uso extensivo das terras. O movimento de aquisição de imóveis rurais pode-se desenvolver, entre outros fatores, em decorrência da perspectiva vislumbrada pelos compradores de terras de paga-

rem taxas de imposto de renda inferiores às que incidiriam sobre rendimentos provenientes de atividades não incluídas no setor agropecuário (BRITO e INNOCENCIO, 1988, p. 117). Algumas pessoas afirmam que esta seria a intenção dos empresários, donos do Engenho, ao estender canais pela restinga. Tem sido desenvolvido, também, um pequeno mercado imobiliário nas terras da restinga, principalmente nas áreas próximas à praia de João Francisco e a Barra do Furado.

O turismo na restinga deve ser muito monitorado, já que se trata de um ambiente externamente frágil que dificilmente suportará sobrecarga de bugres com passageiros ou outras formas de uso intensivo. A criação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, em 1998, incluindo a maior parte dos ecossistemas litorâneos de Quissamã deve auxiliar na resolução dessa problemática pelo menos nos setores menos alterados.

b) A baixa produtividade da lavoura canavieira de Quissamã tem sido justificada, também, pela exigência de irrigação. Há uma deficiência pluviométrica para uma adequada rega da cana-de-açúcar. Em observações feitas ao longo de 70 anos para o Norte Fluminense, somente em 6 ocorreram totais de chuvas anuais superiores a 1.200 mm. A cana-de-açúcar tem uma exigência mínima de 1.600mm anuais, o que contrasta com os totais médios do município, em torno de 900 mm. Os projetos de irrigação (canal Campos-Macaé e outros) devem atentar para os custos ambientais dessas obras, que devem ser somados aos do intenso despejo de vinhoto (usado como fertilizante) e à utilização das águas de lavagem da cana em fertiirrigação.

Fundamental, aí, é lembrar que o déficit hídrico é característico do clima subúmido mesotérmico, predominante no município. De acordo com dados colhidos na estação da Usina Quissamã entre 1959 e 1978, a precipitação média anual era de 1.005 mm; o déficit pluviométrico era de 48 mm; nenhum período apresentava excedente de água no solo; a deficiência

de água no solo ocorria de janeiro a setembro; a reposição de água no solo existia somente de setembro a dezembro. Estes dados necessitam ser atualizados (a administração da Usina deve possuí-los) e, se se levar em conta o constante rebaixamento do lençol freático devido à abertura de canais de drenagem, mais do que à insuficiência hídrica (natural, neste tipo de clima), chega-se à conclusão que a irrigação tornar-se-á, cada vez mais necessária, o que poderá acarretar um maior rebaixamento do lençol freático, criando um círculo vicioso difícil de ser vencido.

c) A fragilidade dos solos, na maior parte considerados inaptos ou de uso restrito para atividades agrícolas, coloca novos desafios em busca de soluções criativas que permitam a utilização minimizando os efeitos impactantes e evitando a sua degradação. Por outro lado, a aceleração das atividades antrópicas não tem obedecido à dinâmica natural do ambiente e vem alterando as formas do relevo (resultantes de movimentos eustáticos, variações climáticas, alterações da foz do rio Paraíba do Sul, ocorridos durante o Terciário e o Quaternário), quando se desenvolvem os cultivos de cana-de-açúcar, se desmata a restinga e se constrói canais de drenagem.

d) As incertezas a respeito da lavoura canavieira persistem. O fim do IAA no governo Collor colocou grande insegurança nas mãos dos plantadores; o término da alíquota da exportação de açúcar a partir de julho de 1995, quase ao mesmo tempo em que se divulgou um plano de valorização do gás como combustível de veículos automotores, trouxe novas perspectivas para o município (quanto ao gás) mas novos problemas (quanto ao álcool), acrescidos da grande crise do açúcar no mercado internacional em 1998.

e) A tradicional dependência com relação à lavoura canavieira vem sendo substituída por outra com relação aos "royalties" pagos pela Petrobrás que são distribuídos com critérios políticos, inclusive para municípios muito remotamente ligados à produção de petróleo. Ora, se de acordo com as autoridades de Quissamã esta

fonte de arrecadação já representa mais de 50% do total, como ficariam estas cifras se os critérios mudassem?

Os impactos indiretos causados pela atuação da Petrobrás no município de Quissamã vão desde as alterações no padrão de emprego, com a constância de obras públicas e a melhoria geral da infraestrutura, até a alteração do nível salarial (principalmente dos empregados no setor público - desenvolvido com a emancipação) o que acelerou os fluxos de circulação de capital. Indiretamente, também, percebe-se uma mudança na estrutura espacial da cidade, com mais e melhores construções, melhoria das antigas, criação de centros culturais (um privado, já em funcionamento e com excelente acervo; outro público que deve ser instalado nas dependências da Casa de Quissamã, a ser adquirida pela prefeitura). Percebe-se a importância dos "royalties" nos mais diversos setores do município, desde a área cultural e educacional até a melhoria das comunicações. Alguns afirmam que Quissamã seria inviável sem o petróleo. Embora as autoridades tenham sido alertadas para esta dependência, já que investem fortemente na diversificação das atividades produtivas, o quadro atual é de difícil reversão, criando novas incertezas que se somam àquelas já apontadas.

\* \* \*

A comunidade de Quissamã não se constitui, neste trabalho, em mero objeto de estudo. É o sujeito que interage com os pesquisadores, criticando, fornecendo elementos novos para reflexão (e não apenas dados ou informações) conjunta, interferindo no caminhar coletivo que tem marcado esta pesquisa no tempo em que se desenvolve.

Os conceitos com que trabalhamos, principalmente o de modernização - considerado conceito básico - mas, também os conceitos de território, rede, urbanização, "pluriatividade", paisagem etc, como conceitos auxiliares, foram per-

cebidos como instrumentos de análise da realidade, mas não como espelhos diretos dessa realidade. Na verdade, constituem apenas evidências dos processos. Por entendê-los assim, não atuaram como “prisão” neste trabalho e foram, então, usados com certa liberdade.

O que se pode perceber, com esta contribuição ao estudo de Quissamã, é que o longo processo de modernização, em suas distintas fases de inovações, deixou marcas profundas no município, através das distintas territorialidades com que foi definido. Ficou claro que se tratam de projetos de intervenção com base em políticas territoriais particulares de cada época e de cada segmento social que, em cada momento, se constituem em grupo hegemônico. Os senhores de engenho, os usineiros, a elite burocrática urbana vêm atuando, isoladamente ou associando-se, como agentes transformadores dos elementos constitutivos do espaço, procurando não perder a “personalidade” que a história e a geografia têm concedido a Quissamã.

Os trabalhadores da cana, pouco organizados, com um débil movimento sindical, têm desenvolvido diferentes estratégias de sobrevivência, como vimos, mas, até o momento, não conseguiram dar relevo aos seus projetos político-sócio-espaciais.

## NOTAS

\* Professor-Assistente do Departamento de Geografia da UERJ e do Departamento de Geografia e Meio-Ambiente da PUC-RIO.

Coordenador do Projeto Quissamã (Diagnóstico Preliminar das Condições Sócio-Ambientais do Município de Quissamã). Este trabalho é parte de um programa bastante amplo, desenvolvido por um grupo de pesquisa (professores e alunos) do Departamento de Geografia da UERJ, desde 1995, interessado em estudar o interior fluminense, do qual Quissamã é apenas um dos municípios a serem abordados. Patrocinado pela Sub-Reitoria de Extensão e Cultura, através de seu Departamento

de Projetos e Programas de Extensão o grupo conta com a participação do Prof. Gláucio Marafon (ainda atuante) e dos bolsistas Neusa Amaro de Oliveira, Luciano Ximenes Aragão, Luiz Cláudio Motta Lima e Pedro Francisco Ramuz. Esta pesquisa serviu de embrião para a formação do NE-GEF (Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense) que, além dos professores referidos, conta, também, com a colaboração da Prof<sup>a</sup> Inês Aguiar de Freitas.

Até aqui (1998), já foram entregues à prefeitura municipal de Quissamã, como produtos da pesquisa, dois amplos relatórios (Diagnóstico das Condições Sócio-ambientais do Município de Quissamã) e um vídeo de 28 minutos (Quissamã em Busca de Novos Caminhos). No momento estamos em fase de publicação dos resultados.

- 1 Os estudos sobre o “novo” rural e sobre as novas relações cidade-campo têm tido grande divulgação no Brasil fora da Geografia. Dentre outros, podem ser citados SILVA (1995, 1997, 1998), que apresenta vários trabalhos sobre a temática, a partir do projeto “caracterização do novo rural brasileiro, 1981-1995”, que coordena no IE/UNICAMP, e SCHNEIDER (1995), quando analisa as transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul onde processos muito mais complexos ocorrem tanto com base no derramamento de atividades urbanas para áreas rurais, quanto nas atividades não agrícolas, muitas vezes transformando o agricultor em *part-time farmer*.
- 2 É com muito cuidado que se utiliza aqui esta expressão. Estamos atentos para o risco da transposição mecânica de conceitos gerados para instrumentalizar a análise de uma dada realidade. Não há muita semelhança entre a realidade vivida pelos pequenos proprietários de Quissamã e os correspondentes na Europa, nos EUA ou em algumas áreas do Brasil. Embora haja exemplos claros de pluriatividade e de *part-time farmers* no sentido em que estes termos têm sido usados por SILVA (1997), SCHNEIDER (1995), KAGEYAMA (1998), SILVA (1998) e SCHNEIDER e NAVARRO (1998) no município de Quissamã, não é nosso objetivo desenvolver esta temática neste artigo. O termo pluriatividade foi usado como parte do pensamento da autora citada.
- 3 Grifo do autor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto. *Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA-UFRJ, 1997. 188p.
- BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A. G. *Brasil Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. 267p.
- BERNARDES, Júlia Adão. Mudança Técnica e Espaço: uma proposta de investigação in: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.), *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p.
- BERQUE, Augustin. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. 123p.
- BRITO, Maristela de Azevedo, INNOCENCIO, Ney Rodrigues. Organização do Espaço Agrário no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano 50, n 3, p. 85-119, 1988.
- CASTORIADIS, C. *Le Monde Morcelé (Les Carrefours du Labyrinthe III)* Paris: Éditions du Seuil, 1990. 278p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão Cultural do Espaço: Alguns Temas. *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da UERJ, ano 1, n. 1 (NEPEC), p. 01-21, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. Pós-modernismo, modernismo e marxismo In: CASTORIADIS, CORNELIUS et al. *A Criação Histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992. 140p.
- COSGROVE, Denis. Geography is Everywhere: Culture and Symbolism in Human Geography. In: GREGORY, DEREK, WALFORD, REX. (orgs.). *Horizons in Human Geography*. London: MacMillan, 1989.
- CRUZ, José Luiz V. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos - RJ. In: PIQUET, Rosélia (org.) *Acumulação e Pobreza em Campos*. Rio de Janeiro: PUBLIPUR-UFRJ, 1986. 123p.
- EMATER de Quissamã. Entrevista realizada em 21/09/95.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995. 223p.
- \_\_\_\_\_. Localismo, Globalismo e Identidade Cultural. *Sociedade e Estado (Globalização e Fragmentação)*. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, p. 9-42, n. 1, jan/jun, 1996.
- FUNDAÇÃO CIDE. Anuário Estatístico. Governos do Estado do Rio de Janeiro. 1996.
- GIULIANI, Gian Mario. Neo-Ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: ANPOCS, v. 5, n. 14, p. 59-67, outubro, 1990.*
- GORGEU, Yves, POULLE, François. *Essai Sur L'urbanité rurale*. Paris: Syros, 1997. 127p.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Plano Plurianual 1996-99. Janeiro. 1996.
- HAESBAERT, Rogério. *O processo de des-Territorialização e a produção de redes, territórios e aglomerados* (versão preliminar). Rio de Janeiro. 1993. Mimeio.
- \_\_\_\_\_. Ser "Gaúcho" no Nordeste. *Travessia*. São Paulo: CEM, ano VII, n. 19, p. 13-16, maio-agosto, 1994.
- \_\_\_\_\_. Desterritorialização entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p.
- \_\_\_\_\_. *Des-territorialização e Identidade a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. 293p.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 1970, 1980, 1991. Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro e Contagem da População do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1985 e 1995/96.
- INCRA. Relação de Certificados de Cadastro e Notificações de imóveis Rurais Emitidos. Quissamã, exercício de 1995. Distrito Federal: Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, 1995.
- JONHSTON, R.J. et al. (eds.) *The Dictionary of Human Geography*. 3 ed. Cambridge: Blackwell Publishers, 1995. 724p.
- KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade na Agricultura: alguns aspectos conceituais. Políticas Não Agrícolas Para o Novo Rural Brasileiro. *Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, p. 555-566. Poços de Caldas: 1998.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: Editora Lidor, 1959. 217p.
- LASH, Scott. A Reflexividade e seus Duplos: Estrutura, Estética, Comunidade. In: GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich, LASH, Scott, *Modernização Reflexiva*. São Paulo: EDUNESP, 1997. 264p.

- LEVY, J. et Al. *Le Monde: espaces et systèmes*. Paris: FNSP/Dalloz, 1992. 565p.
- MARCHIORI, Maria Emília Prado. A Transformação Técnica da Economia Açucareira no Norte-Fluminense e a Importância de Quissamã nesse Contexto, 1875/1910. In: *Quissamã*, p. 14-28. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura/Prefeitura Municipal de Quissamã/ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1991.
- MARIANI, Alayde Wanderley. Quissamã, história e sociedade. In: *Quissamã*, p. 29-46. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura/ Prefeitura Municipal de Quissamã/ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, 1991.
- NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar e Mercado de Trabalho. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA, UFRRJ, n. 8, p. 7-23, abril, 1997.
- NOEL, Francisco L. Petróleo torna Quissamã uma cidade invejada. *Jornal do Brasil, Caderno Cidade*. 02/07/95.
- PINTO, Ana Beatriz Manhães et al. O Município de Quissamã. *Os Grupos, os Espaços, os Tempos*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1995. 91p.
- PIQUET, Rosélia (org.) *Acumulação e Pobreza em Campos*. Rio de Janeiro: PUBLIPUR-UFRRJ. 1986.
- RAMIRES, Júlio César de Lima. As Grandes Corporações e a Dinâmica Sócioespacial: A Ação da PETROBRÁS em Macaé. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Ano 53, n. 4 p. 115-151, out/dez. 1991.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: HUCITEC. 1993. 157p.
- \_\_\_\_\_. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: HUCITEC, 1982. 62p.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308p.
- SCHNEIDER, Sérgio. As Transformações recentes da agricultura familiar no RS: o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105-129, 1995.
- SCHNEIDER, Sérgio, NAVARRO, Zander. Agricultura e Novas Formas de Ocupação no Meio Rural, (um estudo sobre as tendências recentes). *Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Poços de Caldas, p. 617-634, 1998.
- SILVA, José Graziano da. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996. 217p.
- \_\_\_\_\_. O Novo Rural Brasileiro. *Nova Economia*. Belo Horizonte: CEDEPLAR. v. 7, n. 1, maio, p 43-81. 1997.

\_\_\_\_\_. et al. O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 60-72, abr/jun, 1996.

\_\_\_\_\_. Políticas Não Agrícolas Para o Novo Rural Brasileiro. *Anais do 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, p. 117-142. Poços de Caldas, 1998.

SILVA, Otávio Carneiro da (Prefeito de Quissamã). Entrevista realizada em setembro de 1997.

Zoneamento Agroecológico da Restinga. Julho de 1995. Quissamã. 30p. (mimeo).

## ABSTRACT

### TERRITORIAL IMPLICATIONS OF THE MODERNIZATION PROCESS IN QUISSAMÃ MUNICIPALITY (RJ).

*This paper is part of a wider study entitled Quissamã Project - preliminary diagnosis of social and ambiental conditions of Quissamã Municipal District developed by the Department of Geography (State University of Rio de Janeiro). The central focus is to analyse the spatial rebounds of modernization process in the municipality of Quissamã; a process that contains, in one side, characteristics of conservative modernization, and in the other side, changes in which new characters overcome the old ones fighting for political power. In 1877, the Quissamã Central Sugar Mill was inaugurated and with it came the industrial capital that substitutes the comercial one, turning several engine owners into sugar cane suppliers to the Central Sugar Mill. starting a process of financial and technical dependence. In 1975, with PROALCOOL began a process of technological innovation. The exploration and production of oil and gas from the Campos Oil Basin and the royalties paid by PETROBRAS to the*

*municipality allowed it to decrease the previous political and fiscal dependence on revenues collected from Quissamã Central Sugar Mill. The urban upper and middle classes in alliance with some rural landowners defined an strategy to*

*emancipate the municipal district, defining a new system of social/spatial relations.*

**KEYWORDS:** \_\_\_\_\_

Modernization, PROALCOOL, Royalties, Sugar Cane, Desterritorialization

